

















A – Habitação e Revitalização Urbana

				
<p>Reabilitação Urbana</p>	<p>+ Negociação com o Governo de um Programa Especial de Reabilitação Urbana</p> <p>+ Execução do Programa de Investimento Prioritário de Apoio à Reabilitação Urbana (PIPARU), como primeira medida aprovada do próximo mandato</p> <p>+ Simplificação administrativa das autorizações para a realização de obras de reabilitação, de forma a reduzir os tempos de apreciação</p> <p>+ A EPUL e a SRU Lisboa Ocidental serão actores no lançamento de processos integrados de reabilitação do espaço público e do edificado municipal e dinamizadores das intervenções dos privados</p> <p>+ Lançamento de uma operação de renovação urbana na Zona Oriental da cidade</p> <p>+ A EPUL concluirá os programas de construção que tem em curso, lançando, já nos novos moldes, os projectos urbanos da Quinta José Pinto, Vale de Santo António, Carnide Norte – Bairro Padre Cruz e Torrinhã Norte e será a gestora do projecto urbano Estação do Oriente</p> <p>+ Apoio à realização de obras de manutenção pelos inquilinos</p> <p>+ Abate dos fogos municipais insusceptíveis de requalificação</p> <p>+ Monitorização dos bairros de realojamento, com incentivo à manutenção do edificado, do espaço público e do equipamento de proximidade e com alargamento das funções urbanas complementares (comércio e transportes)</p>	<p>+ Criação de mecanismo de financiamento para as obras, através da constituição de um Fundo Municipal com taxas mais favoráveis do que as bancárias, de modo a promover a intervenção dos particulares parcerias público -privadas, ou fundos de investimento imobiliários, com capacidade de intervenção no mercado imobiliário e com capacidade de financiar as operações de reabilitação urbana</p> <p>+ Reforço de competências das estruturas descentralizadas, isto é, dos Gabinetes da Autarquia sediados nas zonas mais carenciadas de intervenção [no âmbito da reabilitação]</p> <p>+ [recuperação de edifícios] Concedendo maior celeridade nesses licenciamentos</p> <p>+ Majorando as deduções em sede de impostos municipais (isentando de pagamento de IMI por prazos dilatados, consoante o investimento realizado)</p> <p>+ Intervenção do Município através da realização de pequenas empreitadas lançadas por ajuste directo, como forma célere de resolução de problemas de pequeno porte nas áreas de intervenção. Mais do que grandes obras, lançaremos pequenas empreitadas, para a conservação do edificado</p> <p>+ Reabilitação profunda e conservação dos bairros que dela carecem (Vale de Alcântara)</p> <p>+ Forte intervenção de reabilitação nos bairros mais problemáticos (exemplo Ameixoeira, Galinheiras, Issan Sartawi, PER 10 e 12)</p> <p>+ Conclusão dos trabalhos de conservação e restauro de Igrejas</p>	<p>+ Intervir junto do Governo para a transformação apenas num programa de reabilitação dos vários existentes, Recria, Solar, Rehabita, etc. e simplificar as suas candidaturas ao mínimo indispensável, com apoio dos serviços municipais aos municípios</p> <p>+ Afectar mais recursos financeiros à Conservação e a Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos / Procurar canalizar mais fundos europeus</p> <p>+ Elaborar, para cada bairro, estratégias de intervenção específicas</p> <p>+ Gerir os impostos municipais recebidos via administração central (IMI, IMT, Derramas) de forma a potenciar as receitas sem pôr em causa a implementação uma verdadeira justiça fiscal, que penalize os prédios devolutos e a especulação imobiliária e alivie as cargas dos municípios com menores posses e beneficie o repovoamento da cidade</p> <p>+ Dinamizar a reabilitação Urbana dos prédios particulares, aplicando os incentivos designadamente ao nível dos impostos</p> <p>+ Promover a extinção das SRUs ainda existentes</p> <p>+ Estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia para que estas executem [...] as pequenas obras de reparação nos edifícios [...] que não envolvem alterações</p>	<p>+ A prioridade dos grandes investimentos públicos na cidade deve ser enquadrada por um programa de reconstrução urbana, com a participação da Administração Central, que deve ter as seguintes condições e características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Co-financiamento da reabilitação obrigatória das casas desocupadas e degradadas; • Tomada de posse pela Autarquia das casas não reabilitadas, que serão reconstruídas pela Câmara com apoio do Estado, sendo depois alugadas durante cinco a dez anos, consoante o seu valor, para recuperar o investimento, sendo depois devolvidas aos proprietários com a obrigatoriedade de serem mantidas no mercado; • Constituição de uma Bolsa de Arrendamento municipal, incluindo todas as casas desocupadas que tiveram intervenção pública, as casas não vendidas há mais de um ano e as que forem propostas para o efeito; • Agravamento da tributação em IMI da situação de desocupação das casas. <p>+ Criação de Gabinetes Locais de Reabilitação Urbana, que integrem os antigos Gabinetes dos Bairros Históricos, assegurando a cobertura de todo o território municipal</p> <p>+ Criação de serviços locais de aconselhamento e mediação no acesso a recursos legais, financeiros, técnicos ou operacionais necessários à execução, monitorização e acompanhamento de acções de reabilitação</p> <p>+ Devem ser definidas normas e metodologias para a manutenção e reabilitação das áreas urbanisticamente estabilizadas da cidade. Devem ser estabelecidos novos conceitos e programas para a protecção e</p>

				
				<p>reabilitação da cidade na totalidade dos seus bairros, incluindo monumentos, quarteirões e edificações</p> <p>+ Iniciar, nos bairros históricos e com destaque para Alfama e Mouraria, uma operação de obras urgentes nos fogos municipais devolutos, de modo a servirem de bolsas de realojamentos de proximidade, no quadro de uma revisão geral dos programas de reabilitação destes bairros</p>
<p>Habitação</p>	<p>+ Contratualização pelo Município de um novo programa de alojamento a custos controlados e garantia de uma percentagem de habitação a custos acessíveis nos novos empreendimentos</p> <p>+ Constituição [...] de uma bolsa de fogos para arrendamento</p> <p>+ Dinamização do mercado de arrendamento, implementando o seguro de renda, garantindo apoios à manutenção de imóveis, criando bolsas público-privadas de arrendamento, proporcionando incentivos à ocupação de fogos vagos e penalizando os fogos devolutos</p> <p>+ Fixação de quotas de habitação a custos acessíveis a jovens e à classe média nas Áreas de Reabilitação Urbana, adoptando-se nestas situações a redução das taxas e compensações urbanísticas</p> <p>+ Gestão de proximidade inclusiva e intercultural, envolvendo a GEBALIS e a rede social, incentivando a criação de condomínios por lote e a responsabilização dos residentes</p> <p>+ Incentivo à instalação de elevadores nos prédios, pelos proprietários ou condóminos, para uma maior mobilidade dos idosos</p>	<p>+ Obrigatoriedade de concederem uma percentagem de fracções, a título de compensações urbanísticas, destinando-as ao arrendamento ou aquisição preferencial por jovens</p> <p>+ Extinguir a GEBALIS devendo a Direcção Municipal de Habitação assumir as responsabilidades desta empresa municipal</p> <p>+ A criação de um seguro de renda para os proprietários que façam obras e que se vejam privados de rendas por falta de cumprimento por parte dos inquilinos, como estímulo ao arrendamento</p> <p>+ A CML deve estabelecer como prioridade primeira, a alienação dos fogos de que é detentora</p>	<p>+ Devem ser desenvolvidas políticas para atracção de novos habitantes para a cidade, nomeadamente ao nível da oferta de habitação a preços controlados / Regulamentar para a construção nova a cedência de um determinado número de fogos para arrendamento a custos controlados</p> <p>+ Estimular o desenvolvimento de programas para compra ou arrendamento de Habitação para jovens, através da EPUL Jovem, de cooperativas de habitação para jovens, de residências universitárias com a colaboração da CML e da disponibilização de fogos devolutos em bairros históricos ou outros</p> <p>+ Gestão do património nos bairros municipais pela GEBALIS e responsabilização dos moradores</p> <p>+ Mudanças de tipologias sempre que se verifique aumento ou diminuição do agregado familiar, procurando trazer para os pisos mais baixos habitantes mais idosos</p>	<p>+ Criação da obrigatoriedade de construção de uma quota de 25% de habitação a custos controlados em cada novo loteamento</p> <p>+ Criação de um fundo municipal de urbanização, a gerir pela EPUL, destinado a intervir no mercado imobiliário através da aquisição de terrenos para urbanizar e de edifícios para reabilitar, o qual será dotado anualmente com, pelo menos, 2% a 3% do orçamento municipal, e aberto a outras parcerias, particularmente a banca</p> <p>+ A Câmara tem de intervir no mercado habitacional de forma a fomentar o arrendamento. Propomos que a Câmara venha a disponibilizar o seu vasto património edificado para esse fim e que reoriente a EPUL para este mercado</p> <p>+ Que se pare com a venda do parque habitacional de arrendamento público</p> <p>+ Reformular os critérios de localização da habitação social, apostando na sua distribuição pela cidade</p>
<p>Devolutos</p>		<p>+ Criação de incentivos para a recuperação de imóveis, habitações abandonadas e/ou devolutas na cidade, de modo a serem compradas (e</p>	<p>+ Promover iniciativas legislativas [...] sobre a redução dos preços da habitação e a alienação de fogos devolutos, programas para quem queira</p>	<p>+ É indispensável que os impostos passem a taxar duramente e de forma anualmente progressiva as propriedades que se encontram devolutas</p>

				
		restauradas posteriormente) por jovens a preço reduzido ou serem recuperadas e arrendadas a preços comportáveis	reabilitar e devolver ao mercado	
Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> + Conclusão de Planos de Pormenor para as Áreas Críticas de Reconversão e Recuperação Urbanística que ainda não os tenham e desenvolvimento das acções urbanísticas correspondentes + Regularização dos processos de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com desenvolvimento dos respectivos loteamentos municipais ou planos de pormenor + Criação do Fundo Municipal de Urbanização, previsto na lei de solos para garantir a constituição permanente de reservas públicas de solos + Registo integral de todos os solos municipais e disponibilização on-line do cadastro municipal + Monitorização do mercado de solos, através de uma base de dados geo-referenciada que permita conhecer a evolução real do preço/m² e construir cartas de isopreços 	+ Conclusão da Revisão do Plano Director Municipal	<ul style="list-style-type: none"> + Promover a revisão do Plano Director Municipal, como prioridade fundamental, da máxima urgência + Interromper as suspensões forçadas do PDM impostas pelo Governo + Promover a revisão [...] de alguns planos de pormenor, elaborados ilegalmente como loteamentos + Conter as novas áreas urbanizadas às actualmente comprometidas por planos de urbanização ou de pormenor em vigor + Legalização das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) existentes no Município + Criação de zonas para a instalação de empresas + Combater a proliferação de novos condomínios fechados + Rever a actual Carta Educativa, adequando a rede escolar às necessidades populacionais + Integrar a Carta de Ruído de Lisboa na revisão do PDM + Actualizar e desenvolver o Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto + Constituir um sistema de monitorização, de acesso público 	<ul style="list-style-type: none"> + A apresentação de um ante-projecto de revisão do PDM, que seja posto à discussão pública, em termos que a viabilizem e com a abertura suficiente para garantir a participação dos cidadãos e a incorporação do resultado dessa mesma discussão pública + A revisão do PDM não pode, pois, deixar de ter em devida conta a concretização de estrutura ecológica da cidade, o “Plano Verde” de Lisboa, cuja concepção original tanto deve ao Arqt.º Ribeiro Telles + [Frente Ribeirinha] só serão admitidos loteamentos municipais + A proibição – como princípio – de construção de novos condomínios fechados
Baixa	<ul style="list-style-type: none"> + Desenvolvimento de iniciativas dinamizadoras do comércio tradicional da Baixa, em articulação com as organizações de comerciantes e com os serviços de turismo + Prosseguir com a candidatura da Baixa-Chiado a património da humanidade + Análise das possibilidades de recurso a meios de videovigilância na zona 	<ul style="list-style-type: none"> + Criação de um projecto âncora num dos edifícios devolutos do Terreiro do Paço que sirva como pólo qualificador da oferta cultural e como local de atracção de públicos. Tal poderia ser conseguido com a instalação do Museu da Cidade na Baixa Pombalina (ou Museu das Descobertas em alternativa?) + Propomo-nos proceder à recuperação dos equipamentos inseridos nesta 		<ul style="list-style-type: none"> + A autarquia deverá assumir um programa contínuo de animação de rua e a organização de mercados de levante aos fins-de-semana. Propomos ainda a criação de programas específicos de incentivo ao comércio tradicional e de ocupação residencial do seu edificado + [Terreiro do Paço] lançar concurso de ideias que dará origem a um amplo debate público, vedando o trânsito, logo

				
	Baixa-Chiado e no Bairro Alto	<p>área, bem como de todo o património histórico nele sediado</p> <p>+ Deverá ser objecto de uma acção prioritária, reatando-se, em simultâneo, as acções conducentes à Classificação daquele conjunto monumental como Património Mundial</p> <p>+ Identificar possíveis locais para construção de estacionamento automóvel em altura onde tal se mostre viável, a exemplo do que se vai fazer no Mercado do Chão do Loureiro</p>		que estejam asseguradas as alternativas adequadas à circulação do tráfego (o que implica a prévia conclusão da CRIL, bem como o estudo do aproveitamento do Campo das Cebolas e do Ministério da Marinha para alternativas de circulação que permitam a circunvalação do Terreiro do Paço)
Parque Mayer	+ Implementar o projecto urbanístico aprovado durante este mandato após processo de discussão pública	+ Levar definitivamente a cabo a recuperação do Parque Mayer, enquanto espaço maior da cultura popular e do Teatro de Revista , [...], introduzindo espaços próprios para a formação de novos valores que contribuam para a integração do Parque Mayer nas novas correntes artísticas aliando a sua tradição própria à busca da sua modernidade. Por exemplo, a Escola de Performing Arts		+ A Câmara deverá proceder à reabilitação e revitalização dos teatros lá existentes
Património Municipal	+ Definição da estratégia de venda ou aquisição de solos e edifícios municipais em função do papel regulador do município no mercado e não apenas como recurso de emergência orçamental	+ A CML deve estabelecer como prioridade primeira, a alienação dos fogos de que é detentora	<p>+ Preservar o património imobiliário Municipal, recusando a sua venda, sem que, previamente, se torne possível a reposição das reservas</p> <p>+ Concluir urgentemente a inventariação do património municipal</p>	+ Que se pare com a venda do parque habitacional de arrendamento público